

Diário Oficial



Maceió - Sexta-feira
20 de Dezembro de 2013

Edição Eletrônica Certificada Digitalmente conforme LEI N° 7.397/2012

Estado de Alagoas
Unidade Federativa do Brasil

Controlado digitalmente pela
COMPANHIA DE EMPENDIMENTOS,
INTERMEDIADORA DE PARCEIRAS DE
ALAGOAS - CEPAL
Data: Sexta-feira, 20 de Dezembro de 2013 às 09:00:00

R\$ 1,40

Ano 101 - Número 237

Poder Executivo

ATOS E DESPACHOS DO GOVERNADOR

MENSAGEM N° 74, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Senhora Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º, do art. 89, da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei n° 274/2012, que “Dá nova redação ao artigo 17 da Lei 6.555, de 30 de dezembro de 2004”, pelas razões que se seguem:

Razões do veto:

A Constituição Estadual, em seu art. 86, § 1, II, b, dispõe:

“Art. 86. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador Geral de Justiça, ao Defensor Público-Geral do Estado e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 32/2007)

§ 1º São de iniciativa privada do Governador do Estado as leis que:

I – fixem ou modifiquem o efetivo da Polícia Militar;

II – disponham sobre:

a) criação, transformação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos, na administração direta, autárquica e fundacional pública, e fixem ou aumentem a sua remuneração;

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal de administração do Poder Executivo;

(...)” (grifo nosso).

Conforme o dispositivo da Carta Estadual, a iniciativa de lei em matéria tributária é da competência privativa do Governador do Estado, e como o presente Projeto foi de iniciativa da Assembleia Legislativa Estadual, percebe-se que houve vício formal de iniciativa, levando-se a sua inconstitucionalidade.

Ademais, vislumbra-se, como corolário da invasão de competência explicitada, ofensa ao princípio republicano, insculpido no art. 1º da Constituição Federal, bem como violação ao princípio da separação dos Poderes, estatuido no art. 2º da Lei Fundamental brasileira.

Por sua vez, os vícios do Projeto de Lei n° 274/2012, entretanto, não se limitam ao vício por iniciativa, apresentando vício também à Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

Isso porque, o atual sistema de pagamento de IPVA somente prevê a hipótese de pagamento sem juros em até 3 (três) parcelas. E, ao estabelecer pagamento em 6 (seis) parcelas, sem juros, multa ou correção monetária – como prevê o Projeto de Lei em preço –, resta caracterizado renúncia de receita em relação aos acréscimos já previstos atualmente na Lei Estadual n° 6.555/2004.

Desta forma, sem demonstração de que não se afetará as metas de resultados fiscais e sem apresentar medidas de compensação, o Projeto de Lei em destaque, quando reduz a incidência de juros, multa e correção monetária no pagamento em 6 (seis)

parcelas, atenta contra a norma do art. 14 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000.

Impende acrescentar que a própria Lei Estadual n° 6.555/2004, em seu art. 24, traz a previsão do parcelamento do IPVA em até 6 (seis) parcelas, porém aplicável apenas ao imposto já vencido, com a inclusão de juros, multa e atualização monetária. Cumpre demonstrar, ainda, que o contribuinte estadual já possui três opções (benefícios) para pagar o IPVA:

- Pagamento de parcela única com 10% de desconto;
- Pagamento em até 3 (três) parcelas, sem juros, multa ou correção monetária;
- e
- Pagamento com vencimento de acordo com a placa do veículo, variando de fevereiro a dezembro, conforme o caso.

Portanto, não se afigura razoável a instituição de mais um benefício, que alteraria todo o sistema da Secretaria de Estado da Fazenda – que se encontra adaptado a atual forma de pagamento – e que já vem sendo aplicada há anos, ressaltando-se que o sistema já contempla o parcelamento do IPVA vencido em 6 (seis) parcelas, sendo que neste caso com os acréscimos legais.

Por estas razões, Senhora Presidente, é que fui levado a vetar totalmente o Projeto de Lei n° 274/2012, por inconstitucionalidade e por contrariedade ao interesse público, razões essas que submeto à apreciação dos Senhores Membros dessa Augusta Casa Legislativa.

TEOTONIO VILELA FILHO
Governador

Excelentíssima Senhora
Deputada FLÁVIA CAVALCANTE
Presidente, em exercício, da Assembleia Legislativa Estadual
NESTA

MENSAGEM N° 75, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013.

Senhora Presidente,

Reporto-me a Vossa Excelência para comunicar que, nos termos do § 1º, do art. 89, da Constituição Estadual, decidi vetar totalmente o Projeto de Lei n° 436/2013, que “Dispõe sobre o reconhecimento de diplomas de pós-graduação strictu sensu” sob a égide dos acordos firmados no âmbito do MERCOSUL, bem como do Tratado da Amizade celebrado entre Brasil e Portugal, no Estado de Alagoas, e dá outras providências”.

Razões do veto:

Da inconstitucionalidade formal:

No ordenamento jurídico brasileiro, a elaboração das leis possui disciplinamento rígido de matriz constitucional, devendo os Poderes Legislativo e Executivo, encarregados pela prática dos atos que permeiam a sua criação, observarem fielmente as prescrições esculpidas no texto da Lei Maior.

O processo legislativo previsto nas Constituições Federal e Estadual é estruturado em fases, cada uma delas envolvendo uma série de atos. Desde o primeiro ato da fase